



Virgínia Mendonça/Ibama



Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, aumentou a discussão

## Debate aponta valor de política de segurança para barragens

São muitas as barragens no país que estão em situação grave de segurança. Essa foi uma das conclusões a que chegaram convidados de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo que discutiu a implantação de uma política nacional de

segurança de barragens. O debate aumentou depois da tragédia de Mariana (MG), em 2015. De acordo com a Agência Nacional de Águas, 723 barragens apresentam alto risco de acidente. Apenas 3% do total cadastrado foi vistoriado pelos órgãos fiscalizadores. **4**

# Transporte lidera lista do TCU de obras irregulares

Setor foi o que teve maior número de pedidos de paralisação pelo tribunal, que ontem debateu o problema com a Comissão de Orçamento e com representantes da ANTT. Senador cobrou providências

Uma audiência ontem na Comissão Mista de Orçamento debateu a situação das obras que tiveram paralisação recomendada pelo Tribunal de Contas da União por irregularidades con-

sideradas graves. O setor de transportes lidera a lista do TCU.

O senador Wellington Fagundes cobrou uma solução para o problema, que causa prejuízos à população. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Deputado Covatti Filho (C) ouve de representantes do TCU e da ANTT explicações sobre obras com irregularidades

**Texto protege paciente do SUS em rede privada **4****

**MP libera R\$ 75 mi para imigrantes venezuelanos **4****

**Credenciamento de imprensa para posse será on-line **2****

**Corte de verbas preocupa relatores do Orçamento **3****

**Série da Rádio Senado aborda Ballet Bolshoi **2****

Mayke Toscano/Secom-MT



Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisará relatório sobre a produção de etanol de milho no Centro-Oeste

## Produção de etanol de milho será debatida na terça

O alto potencial da indústria do etanol de milho para gerar renda, além da contribuição para reduzir a emissão de gases do efeito estufa, será tema de audiência na terça-feira na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O colegiado vai debater o relatório socioeconômico e ambiental da produção de etanol de milho no Centro-Oeste, divulgado pela consultoria Agroicone. Entre os convidados, os ministros Blairo Maggi e Moreira Franco. **3**

## Proposta define regras para produção de queijo artesanal

Projeto que tramita na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária define regras para a produção e a venda de queijos artesanais. Será considerado artesanal o queijo produzido a partir de métodos tradicionais, com leite da própria fazenda.

Em assentamentos familiares, o leite pode vir de produtores localizados até 5 quilômetros da queijaria-núcleo. O texto também define regras para a produção a partir do leite cru. **3**

## Três sugestões de projetos estão na pauta do Jovem Senador

A primeira cria a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Outra criminaliza a introdução de planta exótica no país. A terceira inclui na legislação o princípio do respeito à diversidade no ambiente escolar. Se aprovados pelos jovens senadores, os textos serão analisados pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e poderão virar projetos de lei. **2**



Exposição comemorativa dos 30 anos da Constituição Cidadã

de 22 de outubro a 16 de dezembro  
Salão Negro do Congresso Nacional

Mais informações: [cn.leg.br/visite](http://cn.leg.br/visite)



# Jovens senadores votam hoje propostas no Plenário

Um dos textos cria semana de combate e prevenção ao abuso e exploração sexual. Outro criminaliza introdução de planta exótica no país. E o terceiro trata do respeito à diversidade nas escolas



OS JOVENS SENADORES aprovaram ontem pareceres com sugestões de mudança aos três projetos elaborados pelas Comissões Cecília Meireles, Nísia Floresta e Sobral Pinto. As propostas serão votadas hoje em Plenário. Uma delas cria a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Outra criminaliza a introdução de planta exótica no país. A terceira inclui na legislação o princípio do respeito à diversidade no ambiente escolar.

Se aprovadas pelos jovens senadores em Plenário, as propostas serão analisadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e, se admitidas, tramitarão como projetos de lei.

Para a jovem senadora de Roraima, Aymê Tavares, presidente da Comissão Cecília Meireles, a escola pode ser uma parceira no combate aos crimes cometidos contra menores.

— A escola é nossa segunda casa. Baseado nisso, a gente



Jovens senadores da Comissão Cecília Meireles debatem a proposta

pensou: por que não trazer para a escola o trabalho de prevenção? Eu botei um pouquinho de mim nesse projeto, cada pessoa desta comissão colocou na proposta um pouco do que a gente acredita — disse Aymê, que mora em Boa Vista, tem 17 anos e pretende estudar psicologia.

A jovem senadora da Bahia, Laiane Michele Silva Souza, disse que o projeto da Comissão Nísia Floresta, presidida por ela, é necessário por uma falha na legislação ambiental.

— A nossa intenção é criminalizar a introdução de plantas exóticas no Brasil, que já existe na questão da fauna, mas para a flora há uma lacuna — disse Laiane, que é do município baiano de Ibiassucê, tem 17

anos e quer estudar medicina. Segundo a presidente da Comissão Sobral Pinto, Bibiana Palatino Brum, os jovens senadores do colegiado escolheram o tema diversidade “porque é um assunto que precisa ser pautado”.

— A escola é o lugar ideal. É ali que acontece a formação ética e cidadã dos alunos. [É preciso] incluir todos os alunos e dar visibilidade e representatividade a essas pessoas — afirmou Bibiana, que mora em Uruguaiana (RS), tem 18 anos e quer estudar direito ou ciência política.

Escolhidos por meio de concurso de redação, os 27 jovens senadores participam desde segunda-feira de atividades típicas de um senador.

## Imprensa fará credenciamento para a posse por site

O Senado lançou o site de credenciamento da imprensa para a cobertura da posse presidencial, que será realizada no dia 1º de janeiro, às 15h, no Congresso Nacional. Os veículos de comunicação deverão solicitar, até o dia 18 de dezembro, as credenciais de jornalistas, fotógrafos, cinegrafistas e técnicos de comunicação por meio de formulário disponível no portal. Devido às características dos espaços destinados à imprensa, o número de credenciais é limitado.

Segundo a Assessoria de Im-

pressa do Senado, as credenciais atualmente em vigor não são válidas para o dia da posse, mas para os profissionais já credenciados no Senado, é necessário apenas o envio de correspondência do veículo de comunicação para o e-mail [imprensaposse2019@senado.leg.br](mailto:imprensaposse2019@senado.leg.br), solicitando o credenciamento especial. No caso de credenciamento específico para cobertura dos eventos nos Palácios do Planalto e do Itamaraty, a solicitação deve ser feita diretamente àqueles órgãos.

As empresas jornalísticas

cujos profissionais não estejam credenciados no Senado ou estejam registrados somente na Câmara devem preencher e assinar o formulário. O documento deve ser encaminhado juntamente com o formulário específico para cada profissional — também disponível no site — acompanhado de uma foto 3x4 (colorida, de frente, com fundo branco e resolução mínima de 300 DPI) e documentos comprobatórios.

Outras informações sobre a posse podem ser obtidas pelo telefone (61) 3303-3966.

## Oficinas marcam encerramento da Semana da Primeira Infância

O último dia da 11ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz trouxe ontem uma programação de oficinas, com temas como o desenvolvimento de habilidades socioemocionais na escola, a ação da meditação transcendental nas comunidades e a importância das brincadeiras na construção da paz.

O tema das palestras deste ano foi “A construção da paz pela primeira infância: parentalidade, proteção e promoção da criança”.

Pesquisadores e especialistas no tema buscaram sensibilizar os legisladores para que criem políticas públicas de proteção às crianças nos primeiros anos de formação.

Asenadora Fátima Bezerra (PT-RN), que foi relatora do Marco Legal da Primeira

Infância, disse que a solução para o desenvolvimento pleno das crianças é a educação.

— Setenta por cento das nossas crianças estão fora da creche, porque a maioria das famílias não tem condições para colocar as crianças em creches particulares. E o Estado brasileiro tem a obrigação de assegurar o acesso à escola, e o acesso deve começar pela creche.

Para a presidente da Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado, Lisle Lucena, as pessoas que compareceram aos três dias do evento saíram muito mais informadas.

A professora de psicopatologia Jaqueline Wendland, da Universidade Paris Descartes, afirmou que a cultura de paz deve começar em casa, com as relações familiares.

## Programa sobre Ballet Bolshoi encerra série da Rádio Senado

A Rádio Senado veicula hoje o quinto e último programa da série “Brasil e Rússia: 190 anos” com foco no Ballet Bolshoi, que possui em Joinville (SC) sua única sede fora do país de origem, criada em 1996, a partir de uma iniciativa do então prefeito da cidade, o senador Luiz Henrique,

morto em 2015.

O programa vai ao ar no *Coneção Senado* e também está disponível no site da rádio: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

“Brasil e Rússia: 190 anos”  
hoje, às 8h30 e 22h  
amanhã, às 10h  
domingo, às 17h

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e Cidadania: [senado.leg.br/cidadania](http://senado.leg.br/cidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burlé  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Transportes lideram lista de irregularidades graves

Setor é o que mais teve paralisação de obras recomendada pelo TCU. Em debate na Comissão Mista de Orçamento com representantes do tribunal e da ANTT, senador cobrou solução para o problema

A MAIOR PARTE das obras que tiveram a paralisação recomendada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no início do mês é da área de transportes. A paralisação das obras — com irregularidades consideradas graves — foi tema de audiência ontem, na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Entre os principais problemas identificados, estão falhas nos projetos básico e executivo e sobrepreço na execução.

Entre as obras com irregularidades, está a BR-040, no trecho entre Rio de Janeiro e Juiz de Fora (MG), onde o governo federal ajuda a concessionária a fazer uma nova subida da Serra de Petrópolis (RJ).

De acordo com o gerente-executivo da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Luiz Bianco, são necessários mais recursos para concluir os estudos para a construção de um túnel e para o novo projeto de concessão do trecho, em 2021.

— Dentro dessa obra tem um túnel de quase 5 quilômetros, que é um dos maiores túneis da América Latina. É preciso contratar os especialistas para fazer essa avaliação e também preparar um projeto executivo para a nova concessão — disse Bianco.

O representante do TCU, Fernando Ferreira, afirmou que a União já pagou por

esses estudos e que é preciso cobrar o projeto da concessionária. O tribunal sugere que antes haja a correção do sobrepreço, a atualização dos projetos básico e executivo e o detalhamento de todos os custos da obra.

O senador Wellington Fagundes (PR-MT) cobrou uma solução para que as obras não fiquem paradas.

— Uma obra paralisada não serve para nada, porque ela causa um prejuízo muito grande para a população. Se a manutenção não é feita, aquilo acaba sendo deprecado, e para recomeçar uma obra inacabada depois de dois anos, o custo é muito maior — lamentou.

Além da BR-040, o TCU apontou irregularidades na BR-290 no Rio Grande do Sul, em dois trechos do Rodoanel Norte, em São Paulo, e na Ferrovia Transnordestina, que já consumiu R\$ 11 bilhões, mas está praticamente abandonada.

A paralisação das obras está sendo analisada pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades, que auxilia a Comissão Mista de Orçamento.



Pelo texto, o queijo é artesanal se produzido com leite da própria fazenda

## Comissão analisa texto sobre venda de queijo artesanal

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) analisa projeto de lei da Câmara que define regras para a produção e a venda de queijos artesanais (PLC 122/2018). O relator é Lasier Martins (PSD-RS).

O texto considera artesanal o queijo elaborado a partir de métodos tradicionais e com leite da própria fazenda. No caso de assentamentos familiares, a matéria-prima pode vir de produtores localizados até 5 quilômetros da queijaria-núcleo. O projeto não fixa uma regra para a origem do leite usado na produção do queijo de cabra ou de ovelha. A proposta não considera artesanal o queijo elaborado em indústrias de laticínios, mesmo que o poder público autorize o uso das expressões “artesanal” ou “tradicional” no rótulo.

De acordo com o texto, o queijeiro artesanal deve preservar a cultura regional na elaboração do alimento, empregar técnicas tradicionais e observar um protocolo específico para cada tipo e variedade. O produtor é responsável pela identidade,

qualidade e segurança sanitária do queijo e deve cumprir as exigências estabelecidas pelo poder público.

O governo federal deve fixar um protocolo para cada tipo e variedade de queijo artesanal, assim como regulamentar métodos de maturação, rotulagem, acondicionamento e transporte do produto. Em conjunto com estados e municípios, a União deve criar uma plataforma eletrônica para cadastrar os produtores licenciados. O mesmo cadastro deve reunir informações sobre os fornecedores de leite e os registros de vacinação dos animais.

O texto permite a produção de queijo a partir do leite cru, que não passa por processo de pasteurização ou esterilização, mas a queijaria precisa ser certificada como livre de tuberculose e brucelose. Os produtores de queijo e leite usado como matéria-prima precisam participar de programa de controle de mastite animal, implantar programa de boas práticas agropecuárias, controlar a qualidade da água usada na ordenha e rastrear os produtos.



Obra na subida da Serra de Petrópolis é considerada irregular pelo TCU

## Cortes preocupam relatores setoriais do Orçamento

O corte nas verbas determinado pela Emenda Constitucional 95 preocupa relatores setoriais do Orçamento de 2019 (PLN 27/2018).

Relatora de Ciência, Tecnologia e Comunicações, a senadora Ana Amélia (PP-RS) demonstrou preocupação com o enxugamento, que representará a paralisação de programas.

— Eu tinha uma série de emendas elaboradas pelos próprios ministérios no valor de R\$ 1,4 bilhão, mas o primeiro relatório do Orçamento me

concede apenas R\$ 41 milhões. Dezenas de programas serão paralisados.

O relator de Defesa e Justiça, senador Wellington Fagundes (PR-MT), admite que está mais difícil fechar o relatório parcial.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), afirma que o papel do relator-geral, senador Waldemir Moka (MDB-MS) não está fácil.

— O relator está recebendo muitas pressões. E pressões

justificadas dos seus colegas. Mas ele não pode descumprir a lei — afirmou.

Moka admite que o trabalho é árduo, mas afirma que tentará resolver caso a caso até o dia 28, prazo fixado no calendário da comissão.

— Acredito que de sexta-feira [hoje] até segunda-feira já teremos recebido alguns dos relatórios setoriais. Assim, podemos já ir colocando em votação gradualmente e aprovando até chegarmos aos mais complicados, na data-limite de 28 de novembro.

## Comissão vai debater produção de etanol de milho

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em audiência pública marcada para terça-feira, às 11h, vai analisar o relatório socioeconômico e ambiental da produção de etanol de milho no Centro-Oeste.

O documento, divulgado pela consultoria Agroicone em maio, relata o alto potencial de geração de emprego e renda da indústria de etanol e milho, além da significativa

contribuição para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, em comparação com a gasolina.

Foram convidados para o debate, requerido pelo ex-senador Rodrigues Palma, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, o ministro de Minas e Energia, Wellington Moreira Franco, o ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás

Natural e Biocombustível, Décio Fabricio Oddone, o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, e o sócio-diretor da Agroicone, Rodrigo Lima.

A comissão também deve discutir e votar o relatório da senadora Ana Amélia (PP-RS) sobre a avaliação da política pública do Programa Garantia-Safra e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

## Oposição precisa ser responsável, afirma Paim

Paulo Paim (PT-RS) comentou sua participação na semana passada na



Gerardo Magela/Agência Senado

## Fátima destaca Semana da Primeira Infância

Fátima Bezerra (PT-RN) destacou ontem a realização da 11ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, ocorrida no Senado. O evento reuniu pesquisadores e especialistas sobre o tema em palestras e oficinas e busca sensibilizar os legisladores para que viabilizem a criação de políticas públicas de proteção das crianças em seus primeiros anos de formação e também das mães.

— O Estado brasileiro tem obrigação de assegurar o acesso à escola, e ele deve começar pela creche.



Gerardo Magela/Agência Senado

# Convidados pedem normas e recursos para garantir segurança de barragens

Especialistas participaram na quarta-feira de audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e disseram que a situação é grave

EM AUDIÊNCIA DA Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), na quarta-feira, especialistas e técnicos chamaram a atenção para a quantidade de barragens em situação grave no país. O encontro discutiu a implantação de uma política nacional de segurança para o setor.

Segundo dados da Agência Nacional de Águas (ANA), o Brasil tem mais de 24 mil barragens catalogadas pelo poder público, de vários tamanhos e com funções como reserva de água para consumo humano e irrigação e depósito de rejeitos minerais e industriais.

O debate sobre a manutenção e a fiscalização das barragens aumentou depois da tragédia em Mariana (MG), que destruiu comunidades próximas e impactou o meio ambiente de Minas Gerais e do Espírito Santo, causando danos até no litoral capixaba.

Pelo relatório da ANA, 723 barragens apresentam alto risco de acidente. Apenas 3% do total cadastrado foi vistoriado pelos órgãos fiscalizadores.

Os especialistas e técnicos convidados apontaram a necessidade de aperfeiçoar a legislação e a política do setor e de aumentar os recursos para fiscalização e reparos nas barragens de responsabilidade do poder público.

O diretor do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs), Angelo Guerra, advertiu que responsabilizar os estados pelas barragens, como já foi proposto, não é simples.

— Pega essas barragens e transfere para o estado. Isso aí também não é assim, não é possível. Isso só será possível por força de lei — assegurou.

De acordo com a representante do Conselho Nacional de Recursos Hídricos,

Liliana Pimentel, houve avanço quanto à implementação de instrumentos de controle.

— O que a gente viu é que houve um avanço, de forma geral, significativo na colocação de instrumentos naquelas barragens que estão no cadastro. Então, o número de barragens com plano de ação emergencial, com relatórios de inspeção, aumentou significativamente.

## Instrumentos

A ausência de instrumentos para fazer com que o empreendedor cumpra a legislação foi destacada pelo especialista em recursos hídricos Alexandre Anderáos:

— Principalmente os empreendedores privados. Com relação à maioria dessas barragens, a gente não sabe se estão ou não no âmbito da lei, por falta de classificação e de orientação e de implementa-

ção dos instrumentos.

Engenheira civil do Dnocs no Ceará, Maria Zita Araújo pediu o aperfeiçoamento da legislação e disse ser necessário destinar mais recursos para a fiscalização e reparos nas estruturas que apresentam riscos.

— O que é que nós podemos fazer enquanto técnica e enquanto gestor, se o recurso não vem para recuperar a barragem? Nós temos barragens de risco altíssimo, que a gente fica sem saber o que fazer — lamentou.

A presidente da CDR, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), destacou a importância de políticas públicas voltadas para as barragens.

— Trata-se da gente cuidar das vidas humanas, porque é disso que estamos tratando aqui. A Política Nacional de Segurança de Barragens significa exatamente isso: em primeiro lugar, cuidar da vida das pessoas.

## Planejamento

Relator do plano de trabalho para avaliar a Política Nacional de Segurança de Barragens, Elmano Férrer (Pode-PI) alertou para a importância de investir no desenvolvimento regional.

— Não temos que agir como bombeiros, mas como planejadores. Ter o planejamento de médio e longo prazo. Ao pensar nisso, nós estaríamos antevendo problemas como o que já estamos tendo com relação à vazão de água no Rio São Francisco e não só para geração de energia — afirmou Férrer.

## Collor defende autodeterminação do povo sírio

De volta do Oriente Médio, Fernando Collor (PTC-AL) afirmou ontem que a solução para o conflito na Síria deve ser conduzida pelo povo. Collor, que foi recebido em audiência pelo presidente Bashar al-Assad, em Damasco, avaliou que o Brasil tem sabido manter postura justa e equilibrada.

— Não podemos deixar que ideologias, nem de esquerda, nem de direita, interponham-se em nossas relações com todos os países do mundo. Devemos seguir ampliando nosso comércio, devemos continuar o diálogo construtivo.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

## Telmário Mota critica venda da Boa Vista Energia

Telmário Mota (PTB-RR) comemorou ontem decisão da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro

que tornou sem efeito uma assembleia feita pela Eletrobras em fevereiro, quando foi decidida a venda de algumas distribuidoras, entre elas a Boa Vista Energia.

— Hoje mesmo eu também vou entrar na Justiça contra essa privatização. O edital de venda foi eivado de irregularidades. A Boa Vista foi entregue por R\$ 50 mil, quando só um prédio que a empresa tem na Avenida Ene Garcez vale pelo menos R\$ 2 milhões.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

## Guaracy Silveira diz que há falsos ambientalistas

Guaracy Silveira (DC-TO) classificou ontem de pseudo-ambientalistas os que perseguem, ameaçam, multam e difamam em nome de uma suposta defesa da fauna e da flora. O senador disse haver interesses internacionais que protegem esse grupo.

— Mas, afinal, a serviço de quem estão eles? Há algo muito mais fétido do que imaginamos. Presumo que há ações internacionais financiando esses traidores da pátria, pois os mesmos nada fazem de produtivo, mas paralisam os que querem trabalhar.



Gerardo Magalhães/Agência Senado



Fátima (3ª à esq.) e Elmano (3º à dir.) debatem necessidade de ter uma política pública para as barragens

## MP destina R\$ 75,2 milhões para acolhimento a venezuelanos

O presidente da República, Michel Temer, publicou na quarta-feira uma medida provisória que transfere R\$ 75,2 milhões ao Ministério da Defesa.

O recurso previsto na MP 857/2018 será utilizado pelas Forças Armadas no acolhimento de imigrantes venezuelanos que se dirigem a

Roraima para fugir da crise no país vizinho.

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, justifica a medida em função da continuidade do fluxo migratório além do prazo originalmente previsto na Lei 13.684, de 2018, que define medidas de assistência emergencial para atender refugiados no

território brasileiro.

Decorrente da MP 820/2018, a lei autoriza a União a aumentar o repasse de recursos para os fundos estaduais e municipais de saúde, educação e assistência social dos entes afetados, após aprovação de crédito orçamentário.

De acordo com o ministro, a urgência decorre do “incre-

mento do fluxo de pessoas que chegam diariamente a Roraima e necessitam de ajuda, sem a qual compromete-se a estabilidade dos cidadãos brasileiros na região.”

A comissão para análise da MP ainda não foi instalada. Depois do colegiado, a medida segue para os Plenários da Câmara e do Senado.

## Paciente do SUS em rede privada pode ser protegido por código

Os atendimentos de saúde fornecidos por meio de pagamento indireto, como em hospitais particulares conveniados do SUS, poderão ser classificados como serviço e incluídos no Código de Defesa do Consumidor (CDC). É o que prevê o PLC 121/2018, que aguarda relator na Co-

missão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Do deputado Celso Russomanno (PRB-SP), o projeto altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990) para qualificar o pagamento indireto ao fornecedor

como serviço. Dessa forma, os serviços públicos, desde que remunerados direta ou indiretamente, entrariam no CDC.

O objetivo do texto é esclarecer que se insere na proteção dos consumidores a hipótese de serviços públicos prestados por particulares em nome do poder público, que não são

remunerados diretamente pelo consumidor.

Não se enquadram no CDC, no entanto, os serviços públicos essenciais, prestados pelo Estado de maneira coletiva e difusa, como segurança, educação e atendimento em hospitais públicos.